

# A VERDADEIRA DÍVIDA É COM A EDUCAÇÃO

MOVIMENTO PELA CONVERSÃO  
DA DÍVIDA EXTERNA



Entenda o que é  
e apóie essa idéia



Confederação Nacional dos  
Trabalhadores em Educação  
[www.cnte.org.br](http://www.cnte.org.br)



# Diretoria Executiva

*Gestão 2005 a 2008*

Juçara Maria Dutra Vieira  
Presidente

Raquel Felau Guisoni  
Vice-Presidente

Odisséia Pinto de Carvalho  
Secretária de Relações de Gênero

Maria Inez Camargos  
Secretária de Finanças

Gesa Linhares Corrêa  
Secretária de Aposentados e Assuntos Previdenciários

Roberto Franklin de Leão  
Secretário Geral

Milton Canuto de Almeida  
Secretário de Legislação

Fátima Aparecida da Silva  
Secretária de Relações Internacionais

Rejane Silva de Oliveira  
Secretária de Assuntos Jurídicos

Heleno Manoel G. de Araújo Filho  
Secretário de Assuntos Educacionais

Denílson Bento da Costa  
Secretário de Projetos e Cooperação

Marlei Fernandes de Carvalho  
Secretária de Imprensa e Divulgação

Maria Valdecir Abreu de Paula  
Secretária de Direitos Humanos

Rui Oliveira  
Secretário de Política Sindical

Joel de Almeida Santos  
Secretário Adjunto de Assuntos Educacionais

Gilmar Soares Ferreira  
Secretário de Formação

Maria Antonieta da Trindade  
Secretária Adjunta de Assuntos Educacionais

Marta Vanelli  
Secretária de Organização

Neiva Inês Lazzarotto  
Secretária Adjunta de Política Sindical

Raimunda Núbia Lopes da Silva  
Secretária de Políticas Sociais

Silvinia Pereira de Souza Pires  
Secretária Adjunta de Política Sindical

## **Da dívida ilegítima à responsabilidade social**

*Juçara Dutra Vieira, presidente da CNTE*

A conversão da dívida externa em investimentos na educação, além de elevar os recursos para um setor social estratégico, compensa, ainda que parcialmente, uma injustiça histórica. Durante décadas – senão séculos – o povo brasileiro não teve qualquer direito de opinar nem sobre a necessidade nem sobre o destino desses empréstimos.

À visão meramente legalista de que dívida é dívida e, portanto, deve ser paga, contrapõe-se a responsabilidade social de credores e devedores para com a humanidade. Há um enorme fosso entre o progresso científico e tecnológico e as reais condições de vida de milhões de pessoas. Por isso, o Estado tem, cada vez mais, compromissos essenciais e intransferíveis que dependem da integridade orçamentária do País.

Neste sentido, a medida garantiria o acesso ao direito à educação para significativa parcela da sociedade, vítima de um modelo socioeconômico excludente gerado pelas oligarquias locais e pelo grande capital internacional. No Brasil, a política econômica conservadora, baseada no superávit primário, representa uma subordinação a esse modelo que precisa, urgentemente, ser superada. Em suma, os dois lados sairiam beneficiados já que uns obteriam alívio orçamentário para os débitos e outros contribuiriam para a estabilidade socioeconômica, abrindo mão de uma dívida que é imoral, ilegítima e impagável.

Nós, da CNTE, que sempre defendemos uma educação pública, universal, gratuita e de qualidade para todos, estamos conscientes da grandeza do desafio que assumimos. Por isso, já temos e continuaremos buscando aliados para, juntos, pressionarmos o Governo e convenceremos a sociedade de que a verdadeira dívida é com a educação.

# O que é “conversão da dívida externa”?

A CNTE quer que o Brasil aplique os recursos da dívida externa, avaliada hoje, em cerca de R\$ 503,2 bilhões, na melhoria da educação pública. É o que chamamos de “Conversão da Dívida Externa em Recursos para a Educação”. O Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira, proposto em 1999, recomenda um investimento de 10% do Produto Interno Bruto (a soma de todas as riquezas do País) na Educação, o que daria, hoje, cerca de R\$ 185 bilhões.

Depois dessa decisão, tomada em novembro de 2004 pela Diretoria Executiva, a CNTE lançou, em janeiro do ano seguinte, durante seu XXIX Congresso Nacional, realizado em Brasília, o Movimento pela Conversão da Dívida Externa em Recursos para a Educação.

Seu primeiro ato foi realizar, dia 14 de janeiro, na Praça dos Três Poderes, em frente ao Palácio do Planalto, ato público que reuniu milhares de trabalhadores em educação. Foi quando a CNTE entregou documento pedindo que o governo negociasse a proposta.

Trabalhadores em educação fazem ato público em frente ao Palácio do Planalto para exigir a conversão da dívida externa em recursos para a educação.



## Como isso seria feito?

Por meio de negociação entre o governo, a sociedade e os trabalhadores em educação. Dia 27 de abril, durante uma grande marcha realizada pela CNTE em Brasília, o governo aceitou discutir formas de viabilizar a proposta.

Nosso objetivo é fazer com que a conversão da dívida seja uma política permanente – até a total extinção dos débitos – e não apenas uma campanha. Para tanto, é preciso decidir muitas coisas: em que condições o governo vai deixar de repassar e como esse dinheiro será investido na educação.

Assim, o MEC, seguindo reivindicação da CNTE, criou, dia 23 de junho, o Comitê Social para Conversão da Dívida com o objetivo de identificar possibilidades e formas de obter, pela suspensão do pagamento, mais recursos para a educação. Com o mesmo objetivo, a Câmara dos Deputados lançou, na véspera, a Frente Parlamentar em apoio à proposta.

Ao mesmo tempo, é preciso promover uma mudança estrutural, isto é, impedir que se gere um novo endividamento. Segundo o Jubileu Sul Brasil, todo ano, o governo tem de fazer uma reserva de dinheiro para pagar a dívida. Para isso, aumenta os impostos e corta gastos sociais. É o que se chama “superávit primário”, que, em 2004, chegou a R\$ 81 bilhões. Todo esse dinheiro, que seria capaz de dar início a verdadeiras reformas sociais no Brasil, nem chega perto dos juros da dívida, que somaram R\$ 128 bilhões naquele ano.

Além disso, o País nunca consegue quitar os valores. Eles mudam de acordo com o preço do dólar, a política de juros, a inflação, e assim por diante.

# Como surgiu a dívida externa?

A dívida externa brasileira surgiu com a independência. O Brasil pediu dinheiro emprestado à Inglaterra para pagar a Portugal para que este nos reconhecesse como um país soberano.

De lá para cá, o Brasil tem tomado dinheiro emprestado pelos mais diversos motivos – alguns até bem intencionados, como a construção de estradas, portos, ferrovias e fábricas. Esses investimentos, se bem feitos, são importantes para o desenvolvimento, mas...

Ocorre que nem sempre esse dinheiro foi bem gasto e, o que é pior, a maior parte dele foi tomada por governos ditatoriais, como o que vigorou entre 1964 e 1985. Ou seja, o povo brasileiro paga até hoje por uma dívida que nunca fez.

Às margens plácidas do Ipiranga, D. Pedro I grita: “Independência ou Morte”. O carroceiro deve ter pensado, enquanto assistia à cena: “Será que vou poder escolher?”



# Quanto o Brasil deve?

Embora pareça, não é tão difícil calcular com exatidão o tamanho da nossa dívida. Existe a dívida externa pública, que envolve os governos federal, estaduais e municipais e mais as empresas estatais; e a dívida externa privada contraída pelas empresas particulares. Há também, a dívida interna pública, que soma cerca de 1 trilhão de reais e representa quase o dobro do total da dívida externa.

Quanto à composição da dívida externa, especificamente, ela se divide em duas: a mobiliária, contraída por meio de títulos em poder de bancos privados, investidores pessoa física, fundos de pensão etc., e a contratual, empréstimos feitos junto aos chamados organismos multilaterais de crédito, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (Bird) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ou diretamente com governos de outros países, a exemplo do Clube de Paris.

Uma pesquisa da CNTE e uma consulta a especialistas chegou ao valor aproximado de US\$ 201,3 bilhões, o que correspondia a R\$ 540 bilhões no início da nossa campanha e, mais recentemente, a R\$ 503,3 bilhões, considerando um dólar cotado a R\$ 2,50.

A tabela mostra o quanto cada um deve. A União, com uma dívida de US\$ 76,8 bilhões, é responsável por 38,1% do total devido por todo o País.

| DÍVIDA EXTERNA NACIONAL  |                      |            |
|--------------------------|----------------------|------------|
| Responsável              | US\$ (dólar)         | % do total |
| União                    | 76,8 bilhões         | 38,1       |
| Estados, municípios e DF | 29,0 bilhões         | 14,5       |
| Empresas particulares    | 95,5 bilhões         | 47,4       |
| <b>Total</b>             | <b>201,3 bilhões</b> | <b>100</b> |

Em dezembro de 2004  
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional STN/MF

# Quanto o Brasil investe em educação?

Os R\$ 185 bilhões indicados no gráfico abaixo correspondem a 10% do Produto Interno Bruto. Como já dissemos, o percentual é o mínimo necessário para se assegurar uma educação pública de qualidade para todos, segundo recomendação do Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira, então previsto para vigorar até 2010. Contudo, ao aprovar o Plano Nacional de Educação (PNE), o Congresso Nacional reduziu o percentual recomendado inicialmente de 10% para 7% do PIB. Para piorar, o governo Fernando Henrique vetou esse percentual, fato que se mantém na atual gestão.

Segundo cálculos do próprio MEC, serão destinados à Educação, em 2005, R\$ 79,92 bilhões (4,32% do PIB), nas três esferas de governo (União, Estados e Municípios).

## Recursos para a Educação



O gráfico mostra como a Educação recebe pouco dinheiro do governo. Este ano, o setor está recebendo pouco mais da metade do que deveria.

# Conversão: uma estratégia eticamente correta

Há quem diga que, ao deixar de pagar, o Brasil ficará “com o nome sujo na praça” e que isso pode prejudicar o País. É por isso que a CNTE propôs – e foi atendida – a criação de um grupo de trabalho para discutir formas de viabilizar a proposta com o aval da sociedade organizada.

Por outro lado, se olharmos em volta, veremos que o povo brasileiro já é o maior prejudicado pelo pagamento dessa dívida, pois, ao mandarmos o dinheiro para fora, ficamos sem escola, sem hospitais e sem investimentos. Por isso, a CNTE é contrária à atual política econômica, que privilegia a geração de superávits primários. Ou seja, dinheiro usado para pagar juros das dívidas externa e interna e que poderia financiar a educação e demais áreas sociais e estratégicas para o desenvolvimento.

Além do mais, há casos de países que deixaram de pagar parte da dívida externa, com a concordância dos credores, e que, nem por isso, foram prejudicados. Isso porque a comunidade internacional está cada vez mais consciente da necessidade de combater as enormes desigualdades que produzem fome, desemprego, trabalho infantil e outros problemas sociais.

Ao mandar o dinheiro para o exterior, o Brasil deixa, por exemplo, de realizar investimentos na educação, o que poderia proporcionar escolas bem equipadas para todos.



# Por que a dívida é ilegítima e impagável?

Em primeiro lugar, porque, como dissemos, nenhum de nós, brasileiros, foi consultado. Além disso, estudos dos próprios órgãos internacionais que emprestaram recursos ao Brasil, as chamadas Organizações Multilaterais de Crédito, como Bird, BID e FMI, provam que a dívida é impagável e revelam todos os problemas sociais decorrentes do pagamento dos juros dessas dívidas.

Esses mesmos credores, porém, se negam a assumir a responsabilidade por questões que explicam por que nos emprestaram tanto dinheiro em condições tão imorais a ponto de fazer com que os débitos jamais sejam pagos.

Entre elas, a principal diz respeito às cláusulas extorsivas impostas pelos Estados Unidos nos empréstimos concedidos na década de 1970, durante a ditadura no Brasil, que elevaram os juros e fizeram com que a dívida – não só do Brasil, mas de todo o Terceiro Mundo – se tornasse “eterna” e causadora de tanta miséria.

Cláusulas abusivas elevaram violentamente os juros da dívida externa em todo o mundo, aprofundando, ainda mais, as desigualdades sociais.



## Onde a conversão da dívida foi aplicada?



A reunião do G7 (os sete países mais ricos do mundo mais a Rússia), realizada na Escócia, aprovou, em 7 de julho deste ano, o perdão das dívidas de 18 países – a maioria da África – no valor total de US\$ 40 bilhões. Esse valor assegura um alívio equivalente a US\$ 1,5 bilhão por ano, que deve ser aplicado em projetos sociais, especialmente saúde e educação.

Mais recentemente, a Argentina, país de economia em potencial, porém vítima de ingerências externas descabidas e irresponsáveis, conseguiu abater 60 milhões de euros de sua dívida com a Espanha.

Apesar desses exemplos, as propostas de perdão das dívidas dos países pobres e de investimento de 0,7% do PIB dos 22 países mais ricos do mundo, como ajuda para a erradicação da pobreza, não vêm sendo cumpridas. Esses são termos que integram as Metas para o Desenvolvimento do Milênio (MDM) às quais o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Bird) não têm priorizado.

# O que seria possível fazer com esse dinheiro?

Os novos recursos poderiam contribuir para atingirmos os objetivos do Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira. Porém, poderíamos iniciar pela conquista de algumas metas do plano aprovado em 2001, entre as quais:

1) **Ampliar** a oferta de educação infantil de forma a atender, em cinco anos, a 30% da população de até 3 anos de idade, e 60% da população de 4 a 6 anos e, até o final da década, alcançar a meta de 50% das crianças de 0 a 3 anos, e 80% das de 4 e 5 anos; 2) **garantir** transporte escolar na Zona Rural para alunos e professores; 3) **atender**, em dois anos, todos os egressos do Ensino Fundamental, inclusão dos alunos com defasagem de idade e daqueles com necessidades especiais no Ensino Médio; 4) **alfabetizar** dez milhões de adultos, em cinco anos, e erradicar o analfabetismo em dez anos; 5) **assegurar** que, em cinco anos, todos os prédios escolares estejam adaptados com padrões mínimos de infra-estrutura para o atendimento de alunos com necessidades especiais; 6) **triplicar**, a cada cinco anos, a oferta de cursos básicos de Educação Profissional; 7) **dotar**, em cinco anos, as escolas indígenas com equipamento didático-pedagógico básico; 8) **regularizar** o fluxo escolar, reduzindo em 50%, em cinco anos, as taxas de repetência e evasão; 9) **implementar**, em todos os níveis de governo, programas de valorização profissional, recuperar os salários e implantar, gradualmente, a jornada de trabalho em tempo integral; 10) **garantir** que, em dez anos, 70% dos professores da educação infantil e ensino fundamental tenham formação em nível superior, em cursos de licenciatura plena.

Só para se ter uma idéia, basta dizer que o Fundef (que financia o Ensino Fundamental, 1ª a 8ª séries) tem, em 2005, um orçamento de R\$ 31 bilhões frente a um gasto, em 2004, de R\$ 146 bilhões com juros e encargos da dívida.

É importante ressaltar, porém, que o dinheiro da dívida externa não substitui os recursos já previstos para a educação. Trata-se, portanto, de dinheiro adicional, para aumentar as verbas para a Educação.

O gráfico mostra claramente o peso da dívida externa frente às necessidades de investimento no setor.

SUPERÁVIT PRIMÁRIO E GASTOS DA UNIÃO COM DÍVIDA E EDUCAÇÃO (R\$ bilhões)

| Ano  | Superávit Primário* | Pagamento Dívidas** | Orçamento Educação |
|------|---------------------|---------------------|--------------------|
| 2000 | 30,0                | 82,7                | 15,0               |
| 2001 | 29,0                | 107,4               | 15,4               |
| 2002 | 39,0                | 124,2               | 16,1               |
| 2003 | 42,0                | 145,3               | 15,1               |
| 2004 | 81,0                | 146,0               | 14,5               |

Fonte: Sinopse da execução orçamentária (Câmara dos Deputados)

\* Valores aproximados.

\*\* Amortização, juros e encargos das dívidas interna e externa.

**Os serviços da dívida externa, em 2004, custaram cerca de R\$ 74 bilhões.**

# Quem mais apóia essa proposta?

Dia 26 de abril, véspera da marcha em Brasília, a CNTE realizou, na sua sede, uma solenidade de lançamento da campanha nacional de coleta de assinaturas em favor da conversão da dívida.

Estiveram presentes e apóiam a idéia a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a CUT Nacional, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (Conic), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (Consed), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), além do próprio MEC, da Unesco e de entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes).

Agora, só falta você.

Presidente da CNTE, Juçara Dutra Vieira, lança campanha nacional de coleta de assinaturas em favor da conversão da dívida externa.



# Como posso ajudar a campanha?

Existem várias maneiras.

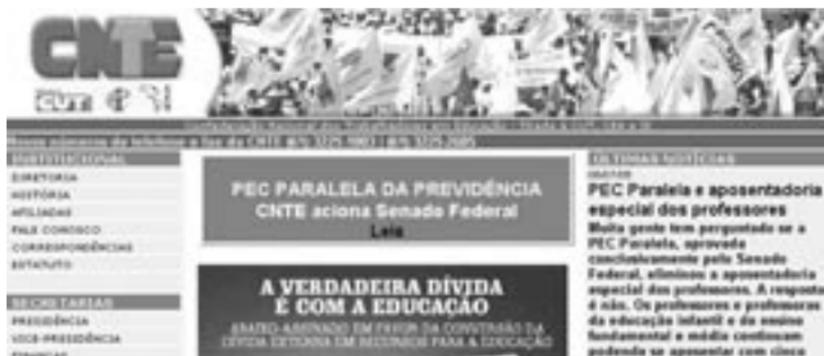
Entre no *site* [www.cnte.org.br](http://www.cnte.org.br) e mande uma mensagem de apoio ao Movimento pela Conversão da Dívida Externa em Recursos para a Educação. Aproveite para ver as reportagens que já foram publicadas sobre o assunto e ler os textos sobre a proposta da CNTE. De lá, também é possível baixar arquivos de som e imagem e até imprimir material de divulgação da campanha.

Você também pode procurar uma das entidades filiadas à CNTE ou que deram apoio à campanha para aderir ao abaixo-assinado que será entregue ao Governo exigindo que a conversão da dívida seja adotada oficialmente. O modelo de abaixo-assinado encontra-se disponível em nosso *site*. Quanto mais gente apoiando, melhor!

Ajude da forma como puder, fale com seus amigos, divulgue nossa campanha, vá às ruas participar dos atos públicos e leve o debate para o seu local de trabalho. Forme um grupo de discussão e convença seu sindicato a aderir ao Movimento pela Conversão da Dívida.

Afinal, a verdadeira dívida é com a Educação.

O *site* da CNTE é uma mina de informações sobre a campanha de conversão da dívida em recursos para a Educação.



The image shows a screenshot of the CNTE website. At the top left is the CNTE logo with the text 'CITE' and 'CUT' below it. To the right of the logo is a banner image showing a group of people holding signs. Below the banner is a navigation menu with the following items: INSTITUCIONAL, DIRETORIA, HISTÓRIA, AFIILIAÇÃO, ENLACE CONTECO, CORRESPONDÊNCIAS, ESTADUITS, SECRETARIAS, PRESIDÊNCIA, VICE-PRESIDÊNCIA, and FINANÇAS. The main content area features two news items. The first item is titled 'PEC PARALELA DA PREVIDÊNCIA CNTE aciona Senado Federal' with a sub-headline 'Leis'. The second item is titled 'A VERDADEIRA DÍVIDA É COM A EDUCAÇÃO' with a sub-headline 'SENADO ASSINOU EM FAVOR DA CONVERSÃO DA DÍVIDA EXTERNA EM RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO'. To the right of these items is a sidebar with the heading 'TÍTULOS NOTÍCIAS' and a sub-heading 'PARALELA'. The text in the sidebar reads: 'PEC Paralela e aposentadoria especial dos professores Muita gente tem perguntado se a PEC Paralela, aprovada concluído pelo Senado Federal, elimina a aposentadoria especial dos professores. A resposta é não. Os professores e professoras da educação infantil e do ensino fundamental e médio continuam podendo se aposentar com cinco'.



Confederação Nacional dos  
Trabalhadores em Educação  
[www.cnte.org.br](http://www.cnte.org.br)

A CNTE é uma confederação de 35 sindicatos (estaduais, municipais e uma federação) de trabalhadores em educação (professores e funcionários de escolas) que representam cerca de 2,5 milhões de profissionais da Educação Básica das redes públicas.

SDS-Ed. Venâncio III. Salas 101/104. CEP: 70393-900. Brasília, DF, Brasil.  
Tel.: +55 (61) 3225-1003 / Fax: +55 (61) 3225-2685  
[www.cnte.org.br](http://www.cnte.org.br) e [cnte@cnte.org.br](mailto:cnte@cnte.org.br)

#### Entidades filiadas

SINTEAC/AC – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre  
Tel.: (68) 3223-1364 / 3223-1478 Fax: 3223-1191  
[sinteac@mdnet.com.br](mailto:sinteac@mdnet.com.br)

SINTEAL/AL – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas  
Tel.: (82) 3221-0893 Fax: 3221-8738  
[www.sinteal.org.br](http://www.sinteal.org.br) e [geral@sinteal.org.br](mailto:geral@sinteal.org.br)

SINTEAM/AM – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Amazonas  
Fone: (92) 3233-7004 Fax: 3622-0160  
[sinteam@horizon.com.br](mailto:sinteam@horizon.com.br) e [sinteam@vivax.com.br](mailto:sinteam@vivax.com.br)

SINSEPEAP/AP – Sindicato dos Servidores Públicos em Educação do Amapá  
Telefax: (96) 3223-1472 / 222-3573 Fax: 3223-0100  
[sinsepeap@sinsepeap.com.br](mailto:sinsepeap@sinsepeap.com.br)  
[www.sinsepeap.com.br](http://www.sinsepeap.com.br)

APLB/BA – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia  
Tel.: (71) 3241-8333 Fax: 3241.8014  
[www.aplbsindicato.org.br](http://www.aplbsindicato.org.br) e [imprensa@aplbsindicato.org.br](mailto:imprensa@aplbsindicato.org.br)

SINDIUTE/CE – Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará

Telefax: (85) 3231-7282

[www.sindiute.org.br](http://www.sindiute.org.br) e [sindiute@bol.com.br](mailto:sindiute@bol.com.br)

APEOC/CE – Sindicato dos Servidores Públicos Lotados nas Sec. de Educ. e de Cultura do Est. do Ceará e nas Sec. ou Dep. de Educ. e/ou Cultura dos Municípios do Ceará

Tel.: (85) 3231-3122 Fax.: (85) 3231-3212

[www.apec.org.br](http://www.apec.org.br) e [apec@uol.com.br](mailto:apec@uol.com.br)

SAE/DF – Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Distrito Federal

Tel.: (61) 3223-8575 / 3322-6173 / 3224.6000 Fax: 3226.2526

[www.saedf.org.br](http://www.saedf.org.br) e [contato@saedf.org.br](mailto:contato@saedf.org.br)

SINPRO/DF – Sindicato dos Professores do Distrito Federal

Tel.: (61) 3218-5600 Fax: 3218-5607 / 3218-5634

[www.sinprodf.org.br](http://www.sinprodf.org.br) e [organizacao@sinprodf.org.br](mailto:organizacao@sinprodf.org.br)

SINDIUPES/ES – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo

Telefax: (27) 3223-2400

[sindiupes.secretaria@veloxmail.com.br](mailto:sindiupes.secretaria@veloxmail.com.br)

SINTEGO/GO – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás

Tel.: (62) 3291-8383 Fax: 3291-8820

[www.sintego.org.br](http://www.sintego.org.br) e [secretaria@sintego.org.br](mailto:secretaria@sintego.org.br)

SINPROESEMMA – Sind. dos Professores Públicos Especialistas em Educação Pública e Servidores Públicos da Educação Estadual e Municipal do Ensino de 1º e 2º Grau do Estado do Maranhão

Telefax: (98) 3221-4694 Fax: 3221-4648

[sinproessemma@veloxmail.com.br](mailto:sinproessemma@veloxmail.com.br)

[www.sinproessemma.com.br](http://www.sinproessemma.com.br)

Sind-UTE/MG – Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais

Tel.: (31) 3481-2020 Fax: 3481-2449

[www.sindutemg.org.br](http://www.sindutemg.org.br) e [sindute@sindutemg.org.br](mailto:sindute@sindutemg.org.br)

FETEMS/MS – Federação dos Trabalhadores em Educação do Mato Grosso do Sul  
Tel.: (67) 382-0036 Fax: 321-5116  
www.fetems.org.br e fetems@terra.com.br

SINTEP/MT – Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso  
Tel.: (65) 623-4343 Fax: 623-4699  
www.sintep.org.br e sintep@terra.com.br

SINTEPP/PA – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará  
Tel.: (91) 3223-6096 / 3223-9459 Fax: 3242-0464 Fax Provisório: 3222-2487  
sintep@amazon.com.br

SINTEP/PB – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba  
Tel.: (83) 3241-2121 Fax: 3241-2381  
sintep@veloxmail.com.br ou luislohane@ig.com.br

SINTEM/PB – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de João Pessoa  
Tel.: (83) 3222-2866 Fax: 3222-6125  
danioldv@terra.com.br

SINTEPE/PE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco  
Telefax.: (81) 3423-8866  
sintepe.pe@bol.com.br  
www.sintepe.org.br

SINPROJA/PE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município do Jaboatão dos Guararapes  
Tel.: (81) 3481-1679 Fax: 3482-1744  
www.sinproja.com.br e sinproja@sinproja.com.br

SINTE/PI – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica Pública do Piauí  
Tel.: (86) 3222-3278 / 3222-5903 Fax: 3223-7764  
sintepiaui@uol.com.br

APP/PR – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná  
Tel.: (41) 3026-9822 Fax: 3222-5261  
www.app.com.br e imprensa@app.com.br

SISMMAC/PR – Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba  
Telefax.: (41) 3225-6729  
sismmac@onda.com.br

SEPE/RJ – Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro  
Telefax: (21) 2524-2635 / 2532-5248 / 2544-6763  
www.sepe-rj.org.br e sepeseecretaria@openlink.com.br

SINTE/RN – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande do Norte  
Telefax.: (84) 3211-4432 / 4434  
www.sinte-rn.org.br e sinte\_rn@hotmail.com

SINTERO/RO – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia  
Tel.: (69) 3217.3350 / 3352 Telefax: 3224-7798  
www.sintero.org.br e secretariageral@sintero.org.br

SINTER/RR – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima  
Tel.: (95) 3623-0530 / 3623-0487 / 3623-6731 Fax: 3623-9990  
sinter-rr@uol.com.br

CPERS-SINDICATO/RS – Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação  
Tel.: (51) 3221-5822 Fax: 3221-8642  
www.cpers.com.br e secgeral@cpers.org.br

SINTE/SC – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina  
Tel.: (48) 3224-6257 Fax: 3222-7590  
www.sinte-sc.org.br e secretaria@sinte-sc.org.br

SINTESE/SE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial de Sergipe  
Tel.: (79) 3211-0555 / 3213-7917 / 3214-3960 Fax: 3214-0910  
www.sintese-se.com.br e sintese\_geral@sintese.com.br

SINDIPEMA/SE – Sindicato dos Profissionais de Ensino do Município de Aracaju

Tel.: (79) 3214-2856 / 3221-5224 Telefax: 3211-0967

[sindipema@infonet.com.br](mailto:sindipema@infonet.com.br)

AFUSE/SP – Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação

Tel.: (11) 5574-8288 / 0800-110885 Fax: 5571-8918 / 5574-6969 / 3350-6120 / 3350-6122

[www.afuse.org.br](http://www.afuse.org.br) e [afuse@uol.com.br](mailto:afuse@uol.com.br)

APEOESP/SP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

Tel.: (11) 3350-6000 Fax: 3350-6125

[www.apoesp.org.br](http://www.apoesp.org.br) e [secgeral@apoesp.org.br](mailto:secgeral@apoesp.org.br)

SINPEEM/SP – Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo

Telefax: (11) 3329-4500

[www.sinpeem.com.br](http://www.sinpeem.com.br) e [sinpeem@sinpeem.com.br](mailto:sinpeem@sinpeem.com.br)

SINTET/TO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Tocantins

Tel.: (63) 3225-1295 Telefax: 3213.2161

[sintet@sintet.org.br](mailto:sintet@sintet.org.br)

[www.sintet.org.br](http://www.sintet.org.br)

Mais informações sobre a dívida externa  
com a Campanha Jubileu Sul Brasil

[www.jubileubrasil.org.br](http://www.jubileubrasil.org.br)

[jubileubrasil@terra.com.br](mailto:jubileubrasil@terra.com.br)

[jubileubrasil@caritasbrasileira.org](mailto:jubileubrasil@caritasbrasileira.org)

Telefone: (11) 5572-1518 / Fax: (11) 5573-8058



SDS-Ed. Venâncio III.

Salas 101/104

CEP: 70393-900.

Brasília, DF, Brasil.

Tel: +55 (61) 3225-1003

Fax: +55 (61) 3225-2685

[www.cnte.org.br](http://www.cnte.org.br)

[cnte@cnte.org.br](mailto:cnte@cnte.org.br)

---